

CVM

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER

FATOS & CRÍTICA 51

A análise de conjuntura do CVM

Ano XI, 29-01-2025



**Preço dos alimentos em alta,
popularidade do governo em baixa
e a luta pela diminuição da
jornada de trabalho**

<http://centrovictormeyer.org.br/>

Preço dos alimentos em alta, popularidade do governo em baixa e a luta pela diminuição da jornada de trabalho

Segundo a última pesquisa de opinião pública, divulgada em 27 de janeiro pela empresa *Quaest*, pela primeira vez, o número de entrevistados que desaprovam o desempenho de Lula (49%) foi superior ao dos que aprovam (47%). Pior que isso para o governo, as maiores mudanças foram observadas exatamente naqueles setores que compõem a base eleitoral de Lula: os de menor renda e os residentes na Região Nordeste.

Segundo a pesquisa, em dezembro de 2024, 63% dos entrevistados com renda inferior a 2 salários-mínimos aprovavam o desempenho de Lula, mas esse percentual baixou para 59% no espaço de apenas um mês. Na faixa de renda seguinte (de 2 a 5 salários-mínimos) a aprovação baixou de 48% para 43%, no mesmo intervalo de tempo. Para os moradores do Nordeste, região que foi responsável pela vitória de Lula sobre Bolsonaro em 2022, a queda na aprovação caiu de 67% para 59%.

Esse resultado desastroso já era intuído pelo governo, que há poucos dias realizou mudanças no comando de sua

comunicação social, de forma a tentar diminuir os estragos produzidos pela escalada dos preços dos alimentos e pela crise causada pelas medidas de fiscalização sobre as movimentações financeiras com o uso do Pix.

Inflação dos alimentos

De fato, em comparação com a inflação de 4,83% em 2024, medida pelo IPCA, os alimentos e bebidas tiveram uma alta de 7,69%, cabendo destaque para o aumento extraordinário de alguns itens básicos da alimentação dos trabalhadores: o café teve alta de 39,60%; a carne, de 20,84%; o leite, de 10,37%; e o arroz, de 8,24%. Quando se compara o aumento desses itens com a correção do salário-mínimo, que foi de 7,5%, explica-se a perda de popularidade de Lula. Mas não foram apenas os alimentos, entre os chamados “bens de salário” que subiram: estima-se que os aluguéis tiveram um aumento de 13% no ano passado.

A inflação dos alimentos não é exclusividade do Brasil. Atribui-se a ela uma das razões da vitória de Donald Trump nas eleições do ano passado nos EUA, apesar das taxas de crescimento econômico relativamente altas e do baixo desemprego naquele país durante o governo anterior de Biden. Uma das causas mais importantes do aumento dos preços dos alimentos no mundo são as secas e as inundações severas ocasionadas pelas mudanças climáticas, para as quais contribui decisivamente o caráter predatório da economia capitalista em nível global.

Os fenômenos climáticos atípicos tornam-se cada dia mais típicos e estão associados ao aumento da temperatura do planeta produzido pelas emissões de gases do efeito estufa. Na busca de preservar ou aumentar os seus lucros, a economia

capitalista como um todo agrava as condições de vida sobre o planeta. Mas os incêndios devastadores na Califórnia e as inundações na Carolina do Norte não foram suficientes para alterar a visão de mundo do capitalista Trump, que retirou pela segunda vez o seu país do Acordo de Paris, cujo objetivo (pelo menos no papel) era exatamente o de frear o aumento da temperatura global.

No caso do Brasil, ainda há um agravante: alguns alimentos, como a carne, a soja e o milho, são cotados em dólares no mercado internacional e, quando essa moeda se valoriza em relação ao real, como ocorreu no final de 2024, há um impacto imediato sobre os preços internos. Isso também é válido para o preço dos combustíveis que, apesar de produzidos em grande parte no país, sofre pressão constante para o seu reajuste, de forma a beneficiar os importadores e os acionistas externos e internos da Petrobras. Em 2024, por exemplo, a gasolina aumentou 9,39%, impactando os custos de outras mercadorias e dos serviços.

Outro fator que favorece a desvalorização do real em relação ao dólar é a demanda por essa moeda para viabilizar as formidáveis remessas de juros e lucros do Brasil para o exterior, que atingiram a cifra de 75,4 bilhões de dólares em 2024, revelando a dimensão da sangria de riquezas que todos os anos é canalizada para os países imperialistas e que representa um dos pilares do nosso subdesenvolvimento.

E o que o governo está planejando para conter a alta dos preços dos alimentos? Um governo que tivesse um mínimo de compromisso com os trabalhadores e contasse com o seu apoio poderia simplesmente instituir um tabelamento de preços dos produtos essenciais e organizar uma forte mobilização para enfrentar a resistência dos capitalistas, que certamente tentariam ocultar os seus estoques. Ou, se não

confiasse muito na sua força e quisesse ser menos radical, poderia organizar uma rede de supermercados do estado para a venda desses bens essenciais a preços subsidiados para as famílias dos trabalhadores.

Como o governo Lula é um governo de centro-direita, que não deseja ferir os sacrossantos dogmas da propriedade privada e da economia capitalista liberal, nenhuma dessas soluções é aceitável. Segundo o ministro que conduz o assunto: “os preços se formam no mercado”. E aí vão aparecendo algumas soluções incrementais de baixíssimo impacto para resolver o problema no curto prazo: diminuição dos custos de intermediação dos vale-refeição e vale-alimentação (que só faria sentido para os trabalhadores do setor formal), aumentar o crédito para os produtores rurais, melhorar a infraestrutura de transportes e de armazenamento, internalizar a produção de insumos agrícolas e retirar o imposto de importação sobre alimentos que estejam mais baratos no exterior.

Como essas “soluções de mercado” não produzirão os efeitos desejados no curto prazo, resta ao governo rezar para que não haja qualquer calamidade climática, que venha uma supersafra em 2025 e derrube os preços agrícolas ou que o dólar se desvalorize em relação ao real por alguma razão externa.

A Crise do Pix

Mas se a inflação dos alimentos e de outros bens de salário já não fosse suficiente, o governo se enrolou numa crise ao tentar estender para os bancos digitais o controle sobre a movimentação financeira dos pagamentos pelo Pix. Ao invés de estabelecer um limite alto para exercer a fiscalização e punir a lavagem de dinheiro e os grandes sonegadores de impostos, a insensibilidade tecnocrática do Ministério da

Fazenda definiu em apenas R\$ 5.000,00 o limite para a fiscalização, colocando na alça de mira da Receita Federal milhões de trabalhadores informais que não pagam e nem têm condições de pagar impostos.

Logo a extrema direita se aproveitou do passo em falso e espalhou pelas redes sociais que o próprio pagamento pelo Pix seria taxado pelo governo. Milhões de trabalhadores e comerciantes informais passaram então a recusar esse tipo de pagamento, tendo como resultado uma brusca redução do uso da ferramenta, para prejuízo de todos. Após esse tremendo desgaste e dar o dito pelo não dito, o governo foi obrigando a anular a medida e contabilizar as perdas sob a forma de pontos a menos em sua popularidade.

Os comerciantes e prestadores de serviços do setor informal se caracterizam pela posse individual de algum meio de produção ou distribuição e por uma renda irregular, porém que não difere muito daquela de um trabalhador assalariado. Sua posição social, entretanto, os deixa vulneráveis a serem cooptados pela ideologia do empreendedorismo e pela ética da prosperidade difundida pelas igrejas neopentecostais, que atribui à fé em Deus os ganhos que podem ser obtidos na vida terrena.

O que menos desejam é que sejam obrigados a pagar algum imposto sobre seus reduzidos ganhos, o que ocorreria com a taxação dos pagamentos com o Pix. A extrema direita não poderia sonhar com terreno mais fértil para difundir sua propaganda: consta que houve mais de 300 milhões de acessos apenas a um vídeo de um “influenciador digital” que denunciou a ameaça para os trabalhadores e comerciantes informais contida na medida fiscalizadora da Receita Federal.

Perspectivas para 2025

O crescimento econômico do país no governo Lula (3,2% em 2023 e 3,5% em 2024) dificilmente se repetirá em 2025 e 2026. A taxa básica de juros do Banco Central, a SELIC, subiu de 10,5% em julho de 2024 para 12,25% em dezembro passado, com a previsão de terminar o ano de 2025 em 15%. O objetivo seria o de conter a inflação às custas de um freio na atividade econômica.

Isso significa também mais recursos drenados para benefício do capital financeiro. Em novembro de 2024 a dívida pública brasileira chegou a R\$ 9,1 trilhões, o que resultou no pagamento de R\$ 918 bilhões de juros em doze meses. Para se ter uma ideia do que isso significa, a Lei Orçamentária de 2024 reservou R\$ 218,7 bilhões para a saúde e R\$ 147,1 bilhões para a educação.

Além da parte do excedente econômico drenada anualmente para o exterior (da ordem de R\$ 450 bilhões), a garantia do pagamento de juros ao capital financeiro nas proporções citadas exige continuamente o corte de gastos sociais e afetam diretamente as condições de vida do trabalhador.

Outra ameaça que o país poderá enfrentar em 2025 é o aumento das tarifas de importação de produtos brasileiros pelo governo americano. O governo Trump tomou posse e abandonou o cinismo e a dissimulação das administrações democratas precedentes para ameaçar abertamente todos os países que contrariem de alguma forma o poder hegemônico imperialista dos EUA.

Para os países que compõem o grupo dos BRICS, como o Brasil, está prometida por Trump uma alíquota de importação de 100% sobre seus produtos, caso venham a instituir mecanismos de troca internacionais que coloquem em risco a

primazia do dólar. O resultado desse tarifaço seria inevitavelmente uma desvalorização do real e o consequente aumento da inflação interna.

O cenário para 2025, portanto, é de piora das condições de vida dos trabalhadores. O objetivo declarado abertamente pelos economistas burgueses para o aumento dos juros básicos é causar mais desemprego, diminuir os salários e o consumo dos trabalhadores. Eles exigem também a contenção de gastos para que o governo possa continuar a pagar os juros da dívida pública, pressionando pela diminuição dos recursos para a previdência social, saúde e educação e pelo corte de direitos sociais. Já se fala, inclusive, de nova “reforma” da previdência.

A luta pela diminuição da jornada de trabalho

Diante de tantas ameaças, os trabalhadores não podem ficar parados. No ano passado surgiu de forma mais ou menos espontânea um movimento pela diminuição da jornada de trabalho, em especial contra a jornada 6 x 1. Abstraindo o caráter personalista do seu principal líder, que resolveu registrar oficialmente em seu nome a marca “Vida além do trabalho (VAT)”, e a canalização da luta quase exclusivamente para o ambiente parlamentar, não há dúvida que o movimento pela diminuição da jornada de trabalho mostrou grande potencial e vitalidade.

Diante dessa nova realidade, os sindicatos reagiram a contragosto e de forma defensiva, argumentando que questões desse tipo deveriam ser tratadas no âmbito dos Acordos Coletivos de Trabalho. Fingem desconhecer que os principais afetados pela jornada 6 x 1 pertencem a categorias dispersas e fracamente organizadas, que só alcançarão os seus objetivos por meio de um grande movimento de massas de

caráter nacional. Tal movimento teria a possibilidade, inclusive, de atrair e abranger as categorias mais organizadas dos trabalhadores, ampliando a luta para a conquista da jornada semanal de 36 horas, sem diminuição de salário.

Na verdade, as direções dos sindicatos oficiais de todos os matizes têm medo de serem ultrapassados nessa luta pelo movimento de massas e por lideranças independentes, preferindo fazer de tudo para que o movimento não vá adiante. Os sindicatos mais comprometidos com o governo também receiam que um movimento desse tipo possa sair dos trilhos e trazer algum problema para a já difícil governabilidade.

Para os trabalhadores que lutam contra a jornada 6 x 1 e pelas 36 horas semanais, a possibilidade de vitória só existirá, entretanto, com a organização de um forte movimento nacional pela redução da jornada de trabalho, que seja capaz de dobrar a resistência da maioria reacionária do parlamento brasileiro e imponha à burguesia essa medida essencial para a diminuição da exploração da força de trabalho.

Coletivo do CVM, 29/01/2025.

centro de estudos victor meyer